

A INFORMAÇÃO, OS NEGÓCIOS E ATÉ O AMBIENTE DE TRABALHO ULTRAPASSARAM A BARREIRA DO FÍSICO. OS RISCOS TAMBÉM.

Sua empresa está preparada? Conheça as soluções em seguro AIG para os mais diversos segmentos.



Na AIG trabalhamos para que nossos clientes entendam os riscos de hoje e estejam preparados para o amanhã.



Visite o blog Negócio Seguro AIG e confira as tendências em gestão de riscos e seguros.

AIG Seguros Brasil S/A. CNPJ 33.040.981/0001-50 | AIG Resseguros Brasil S/A. CNPJ 13.525.547/0001-52 | Central de Atendimento AIG 24 horas: 0800 726 6130 / Atendimento AIG a Deficientes Auditivos: 0800 724 0149 | Ouvidoria (2ª a 6ª-feira, das 9h às 18h): 0800 724 0219 / Ouvidoria - Atendimento a Deficientes Auditivos e de fala (2ª a 6ª-feira, das 9h às 18h): 0800 200 1244.





AIG Seguros Brasil S.A.
CNPJ 33.040.981/0001-50
aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2021

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras referentes às atividades da AIG Seguros Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
Contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil desde 1949 e acompanhando a evolução das demandas do mercado com o lançamento contínuo de produtos inovadores, a AIG tem ajudado pessoas e empresas a se desenvolverem e aproveitarem as oportunidades, identificando e gerenciando riscos. Nossa missão é contribuir para que nossos clientes possam tomar decisões de maneira informada que lhes permitam estar mais seguros. Oferecemos aos nossos clientes experiência profissional e entendimento sobre riscos para que possam prosperar em um mundo em constante mudança, ajudando-os a compreender as questões de hoje e estar mais bem preparados para o amanhã.
Atendendo a milhões de clientes em mais de 80 países e jurisdições, nossa atuação global permite-nos entender as necessidades dos nossos clientes, respeitando as características de suas culturas locais. Disponibilizamos um dos mais completos portfólios de produtos de mercado, somos líderes em diversas linhas e oferecemos rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos.

Nós da AIG Brasil atuamos no segmento de seguros corporativos, oferecendo soluções de seguros para Responsabilidade Civil, Soluções para Pequenas e Médias Empresas, Ambiental, Linhas Financeiras, Transportes, Propriedade e Crédito, além de seguirmos expandindo nossa linha de produtos seguros para pessoas, como Acidentes Pessoais e Viagem entre outros.
A AIG Seguros Brasil S.A., subsidiária da AIG American International Group, está comprometida com o país e apoia seus negócios em pilares estratégicos, como reconhecimento de pessoas, segurança, compromisso com clientes e parceiros de negócios e tecnologia, com o Portal do Corretor AIG, que permite aos corretores mais agilidade no atendimento ao mercado. O Grupo AIG também opera em resseguros por meio da AIG Resseguros Brasil S.A. (resseguradora local) e da American Home Assurance Company (resseguradora admtida), com o objetivo de oferecer capacidade ao mercado de seguros brasileiro, sempre fiel aos padrões e às políticas de qualidade do Grupo AIG.

Performance econômico-financeira

Em termos de vendas, os prêmios emitidos pela Seguradora atingiram um volume de R\$ 1,06 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 25% maior que o exercício findo de 2020, e em termos de prêmio ganho atingiu R\$ 897,3 milhões, 20% maior que em 2020. Com relação às despesas, as operacionais atingiram R\$ 6,6 bilhões e as administrativas R\$ 119,6 milhões em 2021, representando na sua totalidade um aumento de 9% em relação ao ano de 2020. A sinistralidade no ano de 2021 foi de 30%, sendo R\$ 268,4 milhões de sinistros incorridos, comparada com uma sinistralidade de 62% em 2020, e o custo de aquisição impactou em R\$ 84,7 milhões, sendo 23% maior que 2020, em linha com o aumento do prêmio ganho. Quanto às operações de resseguro, as despesas e receitas da operação resultaram em R\$ 402,5 milhões, 259% maior que em 2020. No mais, o resultado financeiro contribuiu com R\$ 15,8 milhões, 49,4% menor que o exercício findo de 2020, as despesas com tributos representaram R\$ 20 milhões, 38,4% maior do que o ano anterior e a soma de outras linhas representaram um impacto de R\$ 10,1 milhões. Sendo assim, a operação da Seguradora obteve um lucro de R\$ 1,054 milhões.
Distribuição de lucros
A Seguradora tem como política a distribuição de dividendos ao final do ano em caso de lucro, garantindo até 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal, quando aplicável.
Perspectivas
Dando continuidade e mantendo a consistência de nosso planejamento estratégico, seguimos com foco em eficiência e capacidade técnica de nossos subscritores para continuar a atender corretores parceiros clientes com agilidade e profissionalismo. Diante da nova realidade de trabalho virtual e híbrido, iniciamos o processo de retorno aos escritórios no final de 2021, com atenção especial à saúde e bem-estar de nossa equipe, ouvindo as expectativas das equipes sobre o trabalho presencial, mantendo o monitoramento da situação local e a flexibilidade necessária para que nossas atividades pudessem seguir sem interrupções. Demos ainda continuidade ao trabalho de treinamentos aos corretores, atividades de relacionamento, campanha de incentivo de vendas. Seguimos e fortalecemos nosso foco em inovação

e relacionamento com o mercado, incluindo corretores e clientes, mantendo os investimentos na plataforma *full-service online* Portal do Corretor AIG, e fortalecemos o *blog* www.negocioseguro.com.br com novos *podcasts* com especialistas do mercado e da AIG, onde exploramos a evolução da tecnologia, riscos e soluções de seguros voltados a diversos segmentos de mercado, como forma de fortalecer no país a cultura do seguro como fator de prevenção.
De forma geral, entendemos que as perspectivas macroeconômicas para 2022 continuam desafiadoras diante do cenário local e global. Acreditamos que teremos um ano ainda marcado por questões relacionadas à pandemia, ainda que sob um maior controle, eleições nacionais e impactos locais diante da economia internacional. Diante deste quadro, acreditamos que o setor de seguros tem muito a contribuir para uma retomada sustentável do país, à medida que é um aliado do planejamento financeiro de pessoas e empresas. A.AIG, especificamente, por sua experiência, capacidade global, e conhecimento local, está pronta para atuar e contribuir para o desenvolvimento dos negócios privados de diferentes portes e segmentos. Com foco no fortalecimento e expansão das alianças com parceiros de negócios, excelência de subscrição, oferta diversificada e atendimento às demandas do mercado, aliados à reorganização dos negócios e ao controle contínuo de despesas, estamos preparados para atuar com a agilidade que nossos corretores parceiros e clientes esperam. Continuamos investindo na capacitação da nossa equipe, cadeia comercial, em tecnologia e no fortalecimento dos valores AIG, como voluntariado, inclusão e diversidade. Acreditamos na contribuição desses fatores, para que continuemos sendo uma seguradora líder nos segmentos de grandes riscos e pequenas e médias empresas.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da AIG Seguros Brasil S.A.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.
A Diretoria

Balanco Patrimonial

		Exercício Findo em 31 de Dezembro		Exercício Findo em 31 de Dezembro	
		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2021	2020	2021	2020	
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	2.254.884	1.784.534	Circulante	2.001.702	1.542.588
Disponível	133.574	103.253	Contas a pagar	125.205	85.843
Caixa e bancos (Nota 5)	133.574	103.253	Obrigações a pagar (Nota 16.1)	13.765	12.548
Aplicações financeiras (Nota 6)	590.970	550.102	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 17)	30.878	24.270
Créditos das operações com seguros e resseguros	569.585	383.877	Encargos trabalhistas	6.319	6.465
Prêmios a receber (Nota 7)	513.315	305.170	Impostos e contribuições (Nota 17)	18.037	7.728
Operações com seguradora	12.146	7.836	Outras contas a pagar (Nota 16.2)	56.206	34.832
Operações com resseguradora (Nota 8)	33.325	68.152	Débitos de operações com seguros e resseguros	531.312	393.715
Outros créditos operacionais	10.799	2.719	Prêmios a restituir	245	1.154
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	898.382	700.478	Operações com seguradora	34.218	24.464
Títulos e créditos a receber	18.429	13.369	Operações com resseguradoras (Nota 18)	451.497	337.292
Títulos e créditos a receber	2.053	65	Corretores de seguros e resseguros	42.717	30.805
Ressarcimentos a receber	125	34	Outros débitos operacionais	2.635	-
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	7.120	6.788	Depósitos de terceiros (Nota 19)	4.565	6.268
Outros créditos (Nota 11)	9.131	6.482	Provisões técnicas - seguros (Nota 20)	1.335.928	1.056.762
Outros valores e bens	24	-	Danos	1.266.439	1.013.612
Bens à venda - salvados	24	-	Pessoas	69.489	43.150
Despesas antecipadas	329	324	Outros débitos	4.692	-
Custos de aquisição diferidos (Nota 12)	43.391	33.311	Passivo de arrendamento imóveis (Nota 21)	4.692	-
Não circulante	241.570	233.445	Não circulante	162.318	144.211
Realizável a longo prazo	141.552	131.788	Contas a pagar	4.900	8.305
Créditos das operações com seguros e resseguros	16.162	16.380	Tributos diferidos (Nota 22)	4.900	8.305
Prêmios a receber (Nota 7)	14.894	17.032	Débitos de operações com seguros e resseguros	11.501	11.425
Operações com seguradora	1.268	1.348	Operações com seguradora	7.509	8.985
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	74.487	69.929	Operações com resseguradoras (Nota 18)	1.575	-
Títulos e créditos a receber	35.959	40.410	Corretores de seguros e resseguros	2.417	2.440
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	26.264	28.343	Provisões técnicas - seguros (Nota 20)	137.360	123.387
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 13)	9.601	11.654	Danos	133.748	118.063
Outros créditos (Nota 11)	94	413	Pessoas	3.612	5.324
Outros valores e bens	11.975	-	Outros débitos	8.557	1.094
Direito de uso imóveis (Nota 14)	11.975	-	Provisões judiciais (Nota 23)	998	1.094
Custos de aquisição diferidos (Nota 12)	2.969	3.069	Passivo de arrendamento imóveis (Nota 21)	7.559	-
Investimentos (Nota 15)	90.723	89.923	Patrimônio líquido	332.234	331.180
Participações societárias	89.076	88.276	Capital social (Nota 24 (a))	1.099.262	1.099.262
Imóveis destinados à renda	1.647	1.647	Prejuízo acumulado	(767.028)	(768.082)
Imobilizado	8.099	9.491			
Imóveis de uso próprio	823	975			
Bens móveis	3.005	3.352			
Outras imobilizações	4.171	5.164			
Intangível	1.196	2.243			
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	1.196	2.243			
Total do ativo	2.496.254	2.017.979	Total do passivo e patrimônio líquido	2.496.254	2.017.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

		Exercício Findo em 31 de Dezembro		Exercício Findo em 31 de Dezembro	
		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2021	2020	2021	2020	
Capital social			Prejuízos acumulados		Total
Em 1º de janeiro de 2020	1.099.262	(774.324)			324.938
Lucro do exercício	-	6.242			6.242
Em 31 de dezembro de 2020	1.099.262	(768.082)			331.180
Em 1º de janeiro de 2021	1.099.262	(768.082)			331.180
Lucro do exercício	-	1.054			1.054
Em 31 de dezembro de 2021	1.099.262	(767.028)			332.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Seguros Brasil S.A. ("AIG Seguros" ou "Seguradora"), com sede na Avenida Doutor Churci Zaidan, nº 296 – 17º e 18º andares, Vila Cordeiro, São Paulo - SP, é subsidiária da AIG Inc. (American International Group, Inc.) e atua em seguros gerais e seguros de pessoas em todo território nacional. A estrutura societária da Seguradora é conforme diagrama demonstrado abaixo:



A Seguradora conta com o suporte constante do acionista controlador nos Estados Unidos, com disponibilidade de capital, mantendo o compromisso de manter a solvência, liquidez e os limites de capital mínimos requeridos para a operação da Seguradora no Brasil.
A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender às necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos:
• Seguros de pessoas
• Viagem
• Roubo e danos
• Outros
• Seguros corporativos
• Riscos de engenharia e propriedades
• Garantia
• Riscos ambientais
• Responsabilidade profissional e civil
• Outros
Conforme despacho nº 1.681 de 21 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de dezembro de 2018, edição 246, seção 1. foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sem restrições, parceria comercial entre AIG Seguros Brasil, AIG Resseguros Brasil e a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (Porto Cia.), subsidiária do Grupo Porto Seguro. O acordo aprovado consiste em uma aliança estratégica entre a Porto Cia. e a AIG Seguros Brasil para distribuição de produtos de Responsabilidade Civil Profissional, Gestão Protegida (D&O), Riscos Cibernéticos, Ambiental Transporte e Operador Portuário focado no mercado de pequenas e médias empresas no Brasil.
Em 22 de abril de 2020, foi realizada assembleia geral extraordinária para definir o aporte de capital para AIG Resseguros Brasil no valor de R\$ 15 milhões, Processo SUSEP nº 15414.606396/2020-61, esse aporte foi aprovado pela SUSEP em 4 de junho de 2020 através da Portaria nº 378.
Em 1º de outubro de 2020, a AIG Seguros Brasil S.A. decidiu terceirizar a gestão da carteira de investimentos para a BRAM – BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM (CNPJ nº 62.375.134/0001-44).
Em 1º de outubro de 2020, através do Ofício Circular Eletrônico nº 2/2021/COMOC/CGMOP/DIR4/SUSEP, houve o enquadramento da AIG Seguros Brasil, no segmento S3, considerando o disposto no artigo 12 da Resolução CNSP nº 388, de 8 de setembro de 2020 para fins de segmentação.
Em 9 de dezembro de 2021, a AIG Seguros Brasil comunicou à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a renúncia do sr. Fábio Protásio Jorge de Oliveira ao cargo de Diretor-Presidente, as atribuições do cargo estão temporariamente em com o sr. Edson Lima de Souza.
Em 6 de dezembro de 2021, a AIG Seguros Brasil comunicou à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a renúncia do sr. Felipe Iván Diaz Nogueiras, ao cargo no Conselho de Administração. As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2022.

Em 3 de janeiro de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 650/21, esta circular estabelece procedimentos para a elaboração e envio à SUSEP do Relatório Consolidado Prudencial para a data-base de 31 de dezembro, a partir do exercício de 2022.
Em 12 de novembro de 2021, foi emitida a Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, tendo consolidado os principais impactos: (i) a atualização nos critérios dos ajustes contábeis e aqueles associados à variação dos valores econômicos ao cálculo do patrimônio líquido ajustado; (ii) a Instituição de ajustes de qualidade de cobertura do Capital Mínimo Requerido (CMR) e 3 níveis de PLA; e (iii) dos requerimentos de CMR e dos Planos de Regularização de Solvência e de Suficiência de Cobertura.
(a) Adoção de novos pronunciamentos em 2021
O CPC 06 (R2), aprovado pela Circular SUSEP nº 615/20, estabelece os princípios para o reconhecimento dos contratos de arrendamentos, reconhecendo o valor presente dos pagamentos futuros. O reconhecimento ocorre através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de amortização dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros do passivo. A Seguradora adotou o CPC 06 (R2) de forma retrospectiva simplificada, conforme as disposições específicas de transição da norma, sem que houvesse o requerimento de apresentação das informações comparativas de 2020. Na data da aplicação inicial: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimos da Seguradora; (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado de forma retroativa, como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. Os saldos iniciais dos ativos e passivos foram reconhecidos em 1º de janeiro de 2021, data de adoção inicial da norma. A média ponderada da taxa incremental de empréstimo aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2021 foi de 8,06% a.a., e representa as taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os riscos dos contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). (Vide Notas 14 e 21)
(b) Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes
CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A norma é efetiva, com início a partir de 1º de janeiro de 2018, entretanto para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.
CPC 50 (IFRS 17) - "Contratos de Seguros": essa norma representa uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS baseia-se no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSO), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do semestre, dentre outras alterações e é considerada uma norma muito mais robusta que a atualmente vigente. A norma substituirá a IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023. Para entrar em vigor no mercado brasileiro de seguros é aguardada a apreciação e aprovação prévia da SUSEP. Os normativos citados anteriormente serão aplicáveis quando homologados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Os possíveis impactos oriundos da adoção desses normativos serão avaliados após a homologação da SUSEP.
NÃO há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora.

2.2. Conversão em moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em moeda Real do Brasil (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.
(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira
As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultam da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a taxa de câmbio do último dia de fechamento. A Seguradora não possui subsidiárias no exterior ou no Brasil cuja moeda funcional seja diferente de sua moeda funcional.
2.3. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem contas bancárias.
2.4. Ativos financeiros
(a) Classificação e mensuração
A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e o valor pago pela Seguradora para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como *day-one profits/losses*) são reconhecidas no resultado do semestre somente quando a Seguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de reconhecimentos ou premissas de precificação dos ativos.
A Seguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação (data em que a Seguradora se torna parte de um contrato), assim como a baixa de um ativo financeiro e o reconhecimento de ganho ou perda não efetuadas no dia em que a negociação de liquidação ocorre.
(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros detidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Seguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no exercício em que ocorrem.
(c) Recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados
Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de

seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio emitido. Os outros recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* a cada data de balanço (vide política contábil 2.5 (a)).
(d) Determinação de valor justo de ativos
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

2.5. Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)
(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados)
A Seguradora avalia periodicamente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de ativo financeiro esteja deteriorado ou *impaired*.
Como um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Seguradora somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Seguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:
• Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
• Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor, se é provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;
• Desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários).
Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria, a Seguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Para o cálculo coletivo de *impairment*, a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber).
Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como *Roll Rate Model*.
A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em semestres anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.
(b) Ativos não financeiros
Ativos não financeiros sujeitos à depreciação ou amortização são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).
Os ativos registrados como custos de aquisição diferidos de contratos de seguros são avaliados, quanto à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (TAP) (vide Nota 2.11.3).
2.6. Custos incorridos na aquisição dos contratos de seguros
A Seguradora registra como um ativo – circulante e não circulante, proporcionalmente ao exercício de vigência de cada apólice – os custos diretamente incrementados e relacionados à origem ou renovação de contratos de seguro (Custos de Aquisição Diferidos) e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. Esse ativo é amortizado segundo o exercício do contrato, que equivale substancialmente ao exercício de expiração do risco.
2.7. Leasing
Os ativos de direito de uso são reconhecidos inicialmente na rubrica ativos de arrendamentos, no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica "Contas a pagar" no circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com a vigência dos contratos, reconhecidas nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor são reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC 06 (R2).
2.8. Ativo imobilizado de uso próprio
O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis e utensílios, instalações e outros ativos fixos utilizados para a condução dos negócios da Seguradora. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condição de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do semestre, conforme incorridos. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o prazo de vida útil estimada dos ativos.
O valor residual e a vida útil dos ativos são reavaliados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior do que o valor contábil do ativo segundo as regras do CPC 1.
2.9. Passivos financeiros
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não havia passivos financeiros relevantes.
2.10. Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação
Na adoção do CPC 11, a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com

(Continua...)



(...continuação)

substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Desde a data de adoção do CPC, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

2.11. Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro

2.11.1. Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A política de risco de crédito da Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e as condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originadas na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o exercício de expiração do risco dos contratos, de acordo com o exercício de exposição a riscos de cada uma das modalidades de contratos.

A Seguradora cessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a AIG Seguros reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do semestre. A Seguradora utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na política contábil 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11. Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores.

2.11.2. Passivos de contratos de seguro

Na adoção do CPC 11, a Seguradora aplicou a isenção de utilizar as suas políticas contábeis anteriores, para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Dentre as isenções previstas no CPC 11, a Seguradora também aplicou outros procedimentos mínimos requeridos para uma entidade que aplica o CPC 11, tais como: (i) teste de adequação de passivos (ou "Liability Adequacy Test" - vide política contábil 2.11.3); (ii) teste de *impairment* de ativos de resseguro (vide política contábil 2.11.1); (iii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro; e (iv) identificação de derivativos embutidos em contratos de seguro. A Seguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por esta política. Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações em que tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro.

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321/15 e demais normativos aplicáveis aos quais venham a alterar a mesma. Circular SUSEP nº 648/21 e demais circulares que venham a alterar a mesma. Ainda, uma auditoria atuarial independente, com periodicidade anual, é realizada com o objetivo de avaliar os principais procedimentos e cálculos atuariais relacionados às provisões técnicas, operações de cessão, limites de retenção, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido, dentre outros aspectos que afetam a solvência da Seguradora. O relatório da auditoria atuarial independente é encaminhado à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial.

a) Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG")

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao exercício de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas dos resseguradores e a modalidade do contrato de repasse.

b) Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG-RVNE")

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao exercício de risco ainda não decorrido, referente às apólices que já iniciaram vigência, mas ainda não foram emitidas. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos já vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

c) Provisão Complementar de Cobertura ("PCC")

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 648/21.

O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa trazidos a valor presente e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, vide item 2.11.3).

d) Provisão de Sinistros a Liquidar ("PSL")

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o IBNR é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar (IBNER), considerando inclusive aqueles processos cíveis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro.

e) Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não avisados ("IBNR")

O IBNR é constituído com o objetivo de cobrir os sinistros já ocorridos, porém ainda não avisados e cadastrados na Seguradora. A metodologia adotada baseia-se na análise estatística do desenvolvimento do sinistro, conhecida como "triângulo de *run-off*", desde sua ocorrência até o pagamento. Através dessa análise é possível estimar o sinistro final por cada trimestre de ocorrência de sinistro, sendo a diferença entre o sinistro final e o sinistro já registrado, o IBNR.

Para fins de atendimento às regras SUSEP, a Seguradora também elabora um triângulo de *run-off* utilizando apenas as datas de ocorrência, aviso e os valores de abertura dos sinistros, para determinar qual a provisão de IBNYR (*Incurred but not yet reported*) da Seguradora e, consequentemente, os valores estimados para ajuste dos sinistros (IBNER) avisados e não avisados. Ademais, também é elaborado um triângulo de *run-off* bruto e líquido de valores de salvados, para determinar a estimativa de salvados a recuperar da Seguradora.

f) Provisão de Despesas Relacionadas ("PDR")

A provisão de despesas relacionadas é constituída para fins de cobertura das despesas relacionadas a sinistros da Seguradora. Esta é composta pelas despesas diretamente alocadas a sinistros já avisados, estimativa de despesas diretamente alocadas para os sinistros ainda não avisados (IBNR) para a qual, segue a mesma metodologia de cálculo do IBNR, e despesas não diretamente alocadas a sinistros (ULAE) para fins de cobertura das despesas administrativas relacionadas a sinistros.

2.11.3. Teste de Adequação dos Passivos - TAP (LAT - Liability Adequacy Test)

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 648 de 2021, em cada data de balanço, a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado calculando a diferença entre todos os passivos de contratos de seguro contabilizados permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos custos de aquisição diferidas do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros e o valor presente dos passivos projetados por análises atuariais de fluxo de caixa. Conforme determinação regulatória são realizadas duas análises separadas, sendo uma para riscos acertos e outra para prêmios futuros. Ainda, a análise de riscos acertos deve ser projetada entre fluxos de sinistros a ocorrer e fluxos de sinistros ocorridos. Os fluxos de sinistros são projetados considerando a particularidade de cada linha de negócio, conforme sinistralidade abaixo:

	Sinistralidade passivo	Sinistralidade ativo
Linhas de negócio		
Viagem Individual	50%	50%
Acidentes pessoais	29%	29%
Garantia estendida	50%	50%
Roubo e furto	50%	50%
Aeronáutico	72%	72%
Responsabilidade civil geral excedente	53%	53%
Responsabilidade civil geral	53%	53%
Propriedade	30%	30%
Gerenciamento de crises	53%	53%
Engenharia / Energia	69%	69%
Ambiental	37%	37%
Riscos financeiros D&O	44%	44%
Riscos financeiros E&O	50%	50%
Transportes - Cargo	92%	92%
Transportes - Responsabilidade	58%	58%
Contas internacionais Cauda Curta	50%	50%
Contas internacionais Cauda Longa	50%	50%
Grandes propriedades	39%	39%
Garantia	50%	50%
Risco de crédito	50%	50%

O valor presente dos fluxos nominais futuros é calculado utilizando curva de juros (ETTJ), informada pela SUSEP e ANBIMA, com referência na taxa prefixada para os riscos em BRL e Cupom Cambial para os riscos em USD.

Mesmo quando da não ocorrência de um TAP positivo, a Seguradora elabora os fluxos dos ativos de resseguro gerencialmente, considerando nas entradas e saídas de recursos todos os ativos de resseguro, deduzidos das comissões de resseguro diferidas, considerando a defasagem natural de três meses, adotada pela Seguradora, para pagamento e recebimento das transações relacionadas a resseguro. Para o teste dos riscos já assumidos, não foi constatada insuficiência na totalidade da carteira. Já para os prêmios futuros, dado que não é permitida compensação entre os grupos de cálculo de sinistros já ocorridos e a ocorrer, uma insuficiência de R\$ 8.360 milhões bruta e líquida de resseguro, foi contabilizada na conta de Provisão Complementar de Cobertura.

2.12. Derivativos embutidos

A Seguradora emite contratos de seguro cujos pagamentos de sinistros são denominados em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e nos semestres de liquidação. Como o pagamento destes fluxos de caixa de benefícios são contingentes ao evento de perda, o derivativo embutido nesses contratos atende à definição de um contrato de seguro por si só, e usufruem da isenção prevista no CPC 11, que permite a não "tiburçação", ou contabilização separada dos derivativos embutidos ao valor justo, periodicamente. A Seguradora elaborou análises de sensibilidade para risco financeiro que considera as variações sobre esses contratos na Nota 4.1.

2.13. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente, quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Seguradora constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de sucesso/desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração dispõe de total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e dependente apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

2.14. Capital social

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

2.15. Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.15.1. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro
As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente ao longo do semestre de cobertura do risco das respectivas apólices.

2.15.2. Receita de instrumentos financeiros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do semestre, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

2.15.3. Receitas de aluguéis de imóveis a terceiros

As receitas de aluguéis de ativos imobiliários de investimento são reconhecidas no resultado do semestre segundo o método linear e proporcionalmente ao longo do semestre do aluguel. Quaisquer incentivos ou despesas de aluguel são reconhecidos seguindo o mesmo padrão de reconhecimento de receita.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do exercício os efeitos dos impostos de renda e da contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A partir de 1º de janeiro de 2019, a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% que passará para 20% entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, conforme disposto na Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021. Os efeitos da majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram refletidos sobre o estoque de créditos tributários calculados sobre as diferenças temporárias e sobre a base regulatória de contribuição social, em decorrência do não reconhecimento contábil dos ativos diferidos por exposição da ausência de histórico de lucros nos exercícios anteriores e ausência de projeção de resultados positivos futuros.

Os impostos diferidos são aqueles calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, e em consonância com os requerimentos da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores.

Com base nas disposições da Circular SUSEP nº 648/2021 que revoga a Circular nº 517/15, a Seguradora

não está reconhecendo os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias desde julho de 2012, por não apresentar estudo técnico que viabilize a realização desses ativos nos próximos exercícios sociais.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. Para a definição da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, a Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e a experiência dos atuários da Seguradora. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos. A Seguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota Explicativa 4.1.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui poucos processos judiciais trabalhistas e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras.

Consequentemente, o processo utilizado pela alta Administração para a contabilização e construção das informações contábeis diversas em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e estágio (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25 (vide Nota 23).

(c) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os requisitos mínimos determinados na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis (vide Nota 10).

4. GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL

4.1. Gestão de risco de seguro

(a) Risco de seguro

O risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra, ou não, e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorra.

A Seguradora gerencia os contratos de seguros através de políticas internas de subscrição, nesta incluem-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo comitê de crédito. No momento de definir o prêmio de seguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carrying amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição ao risco. Complementar a isso, temos uma estratégia de subscrição que permite identificar o tipo de risco e fatores que o agravam, como a localização, coberturas, tipos de indústria, entre outros, no momento da precificação do produto.

A Seguradora analisa seus riscos, conforme a administração dos mesmos mundialmente pela AIG. Segue abaixo o resumo dos investimentos, bem como seu diferimento médio:

Seguros de pessoas	Tempo de diferimento
Acidentes pessoais	1 ano
Garantia estendida	4 anos
Roubo e furto	4 anos
Seguros corporativos	Tempo de diferimento
Aeronáutico	1 ano
Responsabilidade civil geral excedente	1 ano
Responsabilidade civil geral	4 anos
Propriedades	1 ano
Gerenciamento de crises	1 ano
Engenharia / Energia	7 anos
Ambiental	3 anos
Riscos financeiros	1 ano
Transportes	1 ano
Contas internacionais	1 ano
Grandes propriedades	1 ano
Garantia	5 anos
Risco de crédito	1 ano
Outros	1 ano

Segue abaixo o demonstrativo de concentração de riscos de seguros da Seguradora:

(b) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos até 31 de dezembro de 2021

Descrição	Centro-					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
R.C. de administradores e diretores (D&O)	3.198	2.607	188	124.186	9.553	139.732
R.C. do transportador desvio de carga	6.893	1.418	139	11.452	5.275	24.977
R.C. de transportador rodoviário carga	8.984	2.260	282	15.490	8.320	35.336
R.C. geral	1.220	2.603	721	59.841	7.750	71.135
R.C. profissional	317	557	77	24.477	2.915	28.343
R.C. riscos ambientais	1.563	1.564	277	18.863	3.037	25.304
Riscos cibernéticos	1.405	243	114	44.225	3.247	49.234
Riscos diversos	1.518	1.260	69	46.614	5.521	54.982
Riscos financeiros - Crédito interno	-	6.596	-	98.665	9.545	114.806
Riscos nomeados e operacionais	22.642	43.795	7.143	109.520	9.832	192.914
Transporte nacional	1.994	298	339	10.916	3.668	17.215
Turístico (viagem)	7	1	1	99.939	1	99.942
Demais ramos	7.667	3.893	1.386	66.247	15.906	95.099
Total	57.202	67.095	10.735	730.417	83.570	949.019

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:
 - Os prêmios emitidos de Cosseguro Aceito em 31/12/2021: 61.521
 - Os prêmios emitidos de Cosseguro Cedido em 31/12/2021: 109.578
 - Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2021: 1.060.593

(c) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos em 31 de dezembro de 2020

Descrição	Centro-					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Garantia segurado - Setor público	6	-	-	17.071	-	17.077
Lucros cessantes	286	31	155	2.534	1.252	4.258
R.C. de administradores e diretores (D&O)	3.267	1.638	126	98.552	6.380	112.963
R.C. do transportador desvio de carga	8.132	1.485	131	9.983	4.992	24.423
R.C. do transportador rodoviário carga	10.483	1.653	182	14.125	7.568	34.011
R.C. geral	834	1.756	81	59.280	4.211	66.162
R.C. profissional	313	335	49	17.892	2.521	21.110
R.C. riscos ambientais	949	1.357	258	21.832	2.718	27.114
Riscos cibernéticos	443	407	-	18.476	844	19.823
Riscos diversos	572	60	62	48.286	3.424	52.751
Riscos financeiros - Crédito interno	-	5.571	-	66.080	741	72.392
Riscos nomeados e operacionais	9.735	83.149	7.955	99.381	13.785	214.005
Seguros compreensivos de operações portuárias	160	1.016	39	10.811	3.201	15.227
Transporte nacional	1.913	1.140	8	14.622	3.877	21.560
Turístico (viagem)	1	2	1	85.650	3	85.657
Demais ramos	1.251	2.823	1.881	37.092	5.797	48.844
Total	38.345	105.123	10.928	621.667	61.314	837.377

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:
 - Os prêmios emitidos de Cosseguro Aceito em 31/12/2020: 33.926
 - Os prêmios emitidos de Cosseguro Cedido em 31/12/2020: (60.553)
 - Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2020: 38.348
849.598

(d) Concentração de risco por localidade - retenção líquida de resseguro em 31 de dezembro de 2021

Descrição	Centro-					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
R.C. de administradores e diretores (D&O)	1.335	1.145	90	54.579	3.879	61.028
R.C. do transportador desvio de carga	6.112	1.329	126	10.561	4.716	22.844
R.C. do transportador rodoviário carga	8.384	2.160	261	14.495	7.721	33.021
R.C. geral	766	1.708	430	34.055	4.495	41.454
R.C. profissional	159	266	31	12.077	1.429	13.962
R.C. riscos ambientais	862	844	162	10.103	1.666	13.637
Riscos cibernéticos	764	133	71	24.254	1.753	26.975

O patrimônio líquido ajustado e a suficiência de capital para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido	332.234	331.180
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior (-)	(89.076)	(88.276)
Ativos intangíveis (-)	(1.196)	(2.243)
Ajuste - PLA Nível 1	(3.910)	-
Crédito tributários que excederem 15% do CMR	-	-
Despesas antecipadas (-)	(329)	(324)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	237.723	-
Ajustes econômicos	56.205	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2	56.205	-
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	2.570	-
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	1.340	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	3.910	-
Excesso de Nível 2	(3.267)	-
Excesso de Nível 3	(13.144)	-
Excesso do PLA de nível 2 e 3 (Maior entre os excessos 2 e 3)	(3.267)	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	3.948
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Total	294.571	244.285
Superávit TAP	350.627	-
Capital-Base (CB)	8.100	15.000
Capital adicional de subscrição (Subs)	71.813	60.776
Capital adicional risco de crédito	42.767	30.917
Risco de mercado	19.377	11.414
Benefício da diversificação (Redução por correlação)	(26.518)	(18.360)
Capital adicional de risco operacional (CROPER)	6.260	4.698
Capital de risco (I)	113.699	89.445
Capital mínimo requerido (II)	113.699	89.445
Suficiência de capital (III)	180.872	154.840
Suficiência de ativos garantidores - vide (Nota 20.1)	-	36.803
Liquidez em relação ao capital de risco (20% do capital de risco (CR)) (iv)	-	17.889
(=) Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas superior a 20% capital de risco	-	18.914

Devido à mudança regulatória em 2021, para o exercício de 2020 foi considerada as orientações da Resolução CNSP nº 321/2015 enquanto o exercício de 2021, a Resolução CNSP nº 432/2021:

- (i) Correspondente à soma do capital adicional de subscrição, mercado, crédito, benefício da diversificação e do capital de risco operacional.
- (ii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco.
- (iii) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo requerido.
- (iv) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido - CMR em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

4.6. Gestão de risco operacional

É o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos. Na Seguradora, os riscos operacionais são identificados pelos gestores dos processos e analisados pela alta Administração de acordo com as exigências do Grupo. Uma função central de gestão de risco operacional foi adotada para centralizar e apoiar a Seguradora na aplicação das atividades de gerenciamento de risco como a identificação, mensuração, mitigação e comunicação dos riscos, garantindo a implantação de controles adequados e os reportes necessários.

5. CAIXA E BANCOS

	2021	2020
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	133.574	103.253
Total de caixa e equivalentes de caixa	133.574	103.253

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição da carteira	31 de dezembro de 2021					
	Fluxo de caixa contratual e não descontado					
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo total por categoria
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)						
Fundos de investimento						
Exclusivo	100.732	-	-	-	-	100.732
Mútuo	227	-	-	-	-	227
Ativos prefixados						
Públicos	-	4.648	-	-	-	4.648
Privados	-	-	-	-	-	0%
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	-	76.606	286.675	-	363.281
Privados	-	6.387	24.649	90.842	-	121.878
Outros	204	-	-	-	-	204
Total ativos financeiros	101.163	11.035	101.255	377.517	-	590.970
(i) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.						

Composição da carteira	31 de dezembro de 2020					
	Fluxo de caixa contratual e não descontado					
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo total por categoria
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)						
Fundos de investimento						
Exclusivo	56.714	-	-	-	-	56.714
Mútuo	45	-	-	-	-	45
Ativos prefixados						
Públicos	-	-	59.562	4.570	64.132	12%
Privados	-	-	-	-	-	0%
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	34.084	-	271.173	305.257	55%
Privados	-	19.072	44.618	60.062	123.752	22%
Outros	202	-	-	-	-	202
Total ativos financeiros	56.961	53.156	104.180	335.805	550.102	100%
(i) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.						

A tabela abaixo demonstra a rentabilidade contratada das aplicações financeiras:

Fundos soberano (exclusivo)	31 de dezembro de 2021			
	Fluxo de caixa contratual e não descontado			
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos
SELIC/CDI				
Prefixado, IPCA				
SELIC/CDI				
Prefixado, IPCA				
Total	605.813	590.970	538.040	550.102

Mantidos para negociação	31 de dezembro de 2019			
	Fluxo de caixa contratual e não descontado			
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos
Títulos renda fixa privados	121.536	121.878	124.042	123.752
Títulos renda fixa públicos	383.114	367.929	357.037	369.399
Total	504.650	489.807	481.079	493.151

Ativos financeiros a valor justo através do resultado	31 de dezembro de 2019			
	Fluxo de caixa contratual e não descontado			
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos
Mantidos para negociação	121.536	121.878	124.042	123.752
Títulos renda fixa privados	383.114	367.929	357.037	369.399
Total	504.650	489.807	481.079	493.151

7. PRÊMIOS A RECEBER

	2021	2020
Prêmios diretos	271.708	187.398
Prêmios de cosseguro aceito	19.028	7.777
Prêmios estimados - RVNE	244.617	135.038
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.144)	(8.011)
Total	528.209	322.202
Circulante	513.315	305.170
Não circulante	14.894	17.032
Movimentação dos prêmios a receber	233.769	1.041.747
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.041.747	(135.350)
Prêmios emitidos seguros diretos	(855.175)	-
Prêmios cancelados seguros diretos	41	-
Recebimentos seguros diretos	67	-
Juros a apropriar - variação	38.349	-
Cosseguro aceito - movimentação	(1.246)	-
RVNE - movimentação	322.202	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.199.188	(117.757)
Prêmios emitidos seguros diretos	(997.120)	-
Prêmios cancelados seguros diretos	6	-
Recebimentos seguros diretos	11.253	-
Juros a apropriar - variação	109.578	-
Cosseguro aceito - movimentação	868	-
RVNE - movimentação	528.209	-
Provisão para riscos sobre créditos	-	868
Saldo em 31 de dezembro de 2021	528.209	868

Prazo médio parcelamento (dias)

Prazo médio recebimento em 2021 foi de 2,65 dias (5,10 dias em 2020).

Parcelamento médio com base nas emissões

A média geral de parcelamento com base nas emissões é de 2,14 parcelas em 2021 (2,04 parcelas em 2020).

A composição do aging dos prêmios a receber diretos é demonstrada a seguir:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos e não impaired										Saldo contábil em 31/12/2021
	Ativos não vencidos e não impaired										
	Ativos não vencidos	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Ativos em 31/12/2021				
Prêmios a receber de segurados	205.393	33.305	13.265	7.439	5.820	6.486	(7.144)	264.564			
Prêmios a receber de cosseguos aceitos	19.028	-	-	-	-	-	-	19.028			
Prêmios estimados (RVNE)	244.617	-	-	-	-	-	-	244.617			
Total	469.038	33.305	13.265	7.439	5.820	6.486	(7.144)	528.209			

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não impaired										Saldo contábil em 31/12/2020
	Ativos não vencidos e não impaired										
	Ativos não vencidos	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Ativos em 31/12/2020				
Prêmios a receber de segurados	170.840	3.930	3.486	811	385	7.946	(8.011)	179.387			
Prêmios a receber de cosseguos aceitos	7.777	-	-	-	-	-	-	7.777			
Prêmios estimados (RVNE)	135.038	-	-	-	-	-	-	135.038			
Total	313.655	3.930	3.486	811	385	7.946	(8.011)	322.202			

A composição dos prêmios a receber diretos por ramo é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Garantia estendida	1.231	1.163
Garantia seguro - Setor público	148	7.689
Lucros cessantes	3.881	2.344
R.C. geral	31.016	32.276
R.C. profissional	7.386	5.231
R.C. de administradores e diretores (D&O)	10.095	13.416
R.C. de administradores e diretores (D&O)	29.666	21.051
Riscos de engenharia	-	894
Riscos diversos	21.877	6.532
Riscos financeiros - Crédito interno	20.786	19.911
Riscos nomeados e operacionais	54.816	34.601
Transporte internacional	1.575	1.341
Transporte nacional	4.890	8.775
Turístico	1.059	819
Viagem	42.003	9.278
Demais ramos	41.279	22.107
Total	271.708	187.398

A movimentação da provisão para impairment de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(8.011)	(6.765)
Provisões constituídas no exercício	(7.144)	(8.011)
Reversão de provisões para impairment	8.011	6.765
Saldo no final do exercício	(7.144)	(8.011)

A estimativa de perda sobre o valor recuperável dos ativos, em particular de prêmio, é realizada em conformidade com a política de apuração de perdas da Seguradora (vide Nota 2.5(a)).

A provisão por impairment foi atribuída aos seguintes ramos de seguros:

	2021	2020
Compreensivo empresarial	(30)	(2)
Garantia estendida	(9)	(974)
R.C. profissional	(8)	(38)
R.C. de administradores e diretores (D&O)	(35)	(62)
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	(2.941)	(2.744)
Responsabilidade civil do transportador devio de carga	(2.189)	(1.937)
R.C. geral	(91)	(66)
R.C. riscos ambientais	(63)	(15)
Riscos diversos	(106)	(4)
Riscos nomeados e operacionais	(32)	(17)
Transporte internacional	(67)	(70)
Transporte nacional	(736)	(1.327)
Turístico	(1)	(1)
Viagem	(585)	(565)
Demais ramos	(251)	(189)
Total	(7.144)	(8.011)

As demais classes de ativos financeiros classificados como recebíveis não contêm ativos classificados como impaired.

8. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS (ATIVO)

	2021	2020
Sinistros pagos	33.976	68.455
Redução ao valor recuperável	(651)	(303)
Total	33.325	68.152

Demonstramos a seguir a composição dos créditos das operações com resseguros por ramo:

Descrição do ramo	Redução ao valor recuperável					
	Total					
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Aeronáuticos	983	954	(53)	(21)	930	933
Compreensivo empresarial	541	2.286	(6)	(46)	535	2.240
Lucros cessantes	934	6.707	(49)	(1)	885	6.706
R.C. profissional	1.004	1.178	(1)	(2)	1.003	1.176
R.C. geral	5.277	5.289	(50)	(47)	5.227	5.252
R.C. de administradores e diretores (D&O)	1.844	1.726	(15)	(9)	1.829	1.717
R.C. riscos ambientais	1.624	1.264	(20)	(5)	1.604	1.259
Responsabilidade civil facult. para Aeronaves RCF	2.371	2.031	(82)	(29)	2.289	2.002
Responsabilidade civil hangar	3.175	3.087	(137)	(32)	3.038	3.055
Riscos de engenharia	468	375	(10)	(10)	458	365
Riscos diversos	3.814	2.494	(1)	(3)	3.813	2.491
Riscos financeiros - Crédito interno	861	3.376	-	(1)	861	3.375
Riscos nomeados e operacionais	4.111	3.813	(188)	(25)	3.923	3.788
Seguros compreensivos de operações portuárias	294	1.521	(7)	(2)	287	1.519
Transporte internacional	538	1.858	(5)	(12)	533	1.846
Transporte nacional	485	9				

(...continuação)

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações

Em 1 ano	5.362
Em até 2 anos	5.082
Em até 3 anos	3.088
Acima de 3 anos	-
Valores não descontados	13.532
Juros embutidos	(1.281)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021	12.251

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2021

Adição por novos contratos	12.619
Custos diretos incorridos	287
Ajustes por remensuração	-
Ajustes por remensuração	3.524
Despesa de depreciação	(4.455)
Saldos dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2021	11.975

Tendo em vista os regimes de tributação pelo qual as entidades seguradoras estão vinculadas, os quais não admitem a apropriação de créditos de PIS e COFINS, a serem calculados sobre a depreciação do direito de uso de ativos arrendados, para fins do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, não existem créditos passíveis de aproveitamento.

15. INVESTIMENTOS

A Seguradora participa em 99,99% do capital da AIG Resseguros Brasil S.A., cujas operações tiveram início no exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da controlada totalizava R\$ 89.076 (dezembro de 2020 – R\$ 88.276), sendo que o lucro do exercício de 2021 foi de R\$ 3.139 (dezembro de 2020 – Lucro líquido de R\$ 2.906).

A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

	Imóveis destinados à renda	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	88.276	89.923
Equivalência patrimonial (Nota 35)	3.139	3.139
Juros sobre capital próprio	(2.339)	(2.339)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	89.076	90.723

16.1. Obrigações a pagar

	2021	2020
Participação sobre os resultados	10.261	9.040
Outras obrigações a pagar	3.504	3.508
	13.765	12.548

A composição das provisões técnicas por ramo está demonstrada a seguir:

	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total provisão para contratos de seguros
Compreensivo empresarial	8.406	693	3.473	3.217	992	-	16.781
Lucros cessantes	3.495	273	1.167	2.423	182	-	6.649
Riscos de engenharia	122	5	516	3.158	201	-	4.000
Riscos diversos	11.610	841	9.449	12.525	1.344	-	35.969
Garantia estendida	5.108	-	145	293	52	-	5.598
Riscos nomeados e operacionais	55.180	156.196	47.663	54.487	4.737	-	318.263
R.C. administradores e diretores - D&O	36.169	34.140	64.825	84.364	24.434	-	243.932
R.C. riscos ambientais	17.045	1.438	5.891	8.517	1.532	-	34.423
Compreensivo riscos cibernéticos	21.711	1.778	26.979	4.428	1.270	-	56.166
R.C. geral	39.489	3.490	86.098	54.236	20.142	-	203.455
R.C. profissional	10.300	1.446	26.060	14.270	8.725	-	60.801
Transporte nacional	5.773	1.140	5.174	2.350	835	8.361	23.633
Transporte internacional	3.680	646	6.669	1.014	737	-	12.746
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	816	1.895	9.322	2.029	2.649	-	16.911
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	213	1.340	6.678	1.404	1.798	-	11.431
Riscos financeiros	7.011	463	186	8.368	1.936	-	17.964
Riscos financeiros - Crédito interno	32.005	27.419	25.662	61.542	1.893	-	148.521
Crédito à exportação	2.251	420	10.968	2.021	34	-	15.694
Garantia segurado - Setor público	6.907	3.963	527	7.268	3.658	-	22.323
Turístico	866	488	1.171	1.044	282	-	3.851
Vida em grupo	-	-	657	-	198	-	855
Seguro benfeitorias e produtos agropecuários	7.425	155	3.358	843	323	-	12.104
Viagem	52.753	3.427	9.349	56.241	7.021	-	128.791
Seguros compreensivos operações portuárias	7.645	852	9.721	2.124	675	-	21.017
Marítimos (cascos)	1.588	161	800	3.092	489	-	6.130
Responsabilidade civil hangar	861	112	28.848	3.110	4.098	-	37.029
Riscos de petróleo	1.454	237	412	1.362	235	-	3.400
Demais ramos	146	127	2.225	1.051	1.302	-	4.851
	340.029	243.145	393.002	396.779	91.972	8.361	1.473.288
Passivo circulante							1.335.928
Passivo não circulante							137.360

	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total provisão para contratos de seguros
Compreensivo empresarial	2.319	760	2.663	2.332	1.115	-	9.189
Lucros cessantes	1.649	1.167	4.082	1.112	497	-	8.507
Riscos de engenharia	1.893	270	1.378	5.888	308	-	9.537
Riscos diversos	10.496	1.528	7.422	39.977	6.297	-	65.720
Garantia estendida	3.390	-	134	840	160	-	4.524
Riscos nomeados e operacionais	73.977	43.271	48.229	39.796	11.800	-	216.353
R.C. administradores e diretores - D&O	31.125	32.294	61.687	46.450	19.580	-	191.136
R.C. riscos ambientais	15.727	1.065	3.697	8.535	1.316	-	30.340
Compreensivo riscos cibernéticos	8.532	1.122	703	4.695	1.052	-	16.104
R.C. geral	31.505	3.018	88.990	62.097	20.719	-	206.329
R.C. profissional	8.747	1.587	25.096	8.359	6.818	-	50.607
Transporte nacional	8.182	4.608	3.071	1.068	827	-	17.754
Transporte internacional	2.950	2.967	2.501	1.944	517	-	10.879
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	1.101	2.327	8.579	1.634	2.328	-	15.969
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	511	1.347	4.529	803	1.161	-	8.351
Riscos financeiros	2.476	514	2.757	4.320	1.090	-	11.157
Riscos financeiros - Crédito interno	29.323	21.031	22.509	11.156	1.993	-	86.012
Crédito à exportação	1.938	657	-	-	-	-	2.595
Garantia segurado - Setor público	12.621	4.347	731	13.675	342	-	31.716
Turístico	603	414	698	1.761	449	-	3.925
Vida em grupo	-	-	2.076	-	384	-	2.460
Seguro benfeitorias e produtos agropecuários	1.693	113	224	1.101	77	-	3.208
Viagem	31.605	3.722	5.035	28.422	6.607	-	75.391
Seguros compreensivos operações portuárias	5.661	3.110	12.032	6.865	1.838	-	29.506
Marítimos (cascos)	1.764	351	436	4.332	474	-	7.357
Responsabilidade civil hangar	1.269	579	23.683	11.631	4.510	-	41.672
Riscos de petróleo	1.446	318	1.951	15.291	2.776	-	21.782
Demais ramos	111	19	1.230	21	688	-	2.069
	292.614	132.506	336.123	323.903	95.003		1.180.149
Passivo circulante							1.056.762
Passivo não circulante							123.387

20.1. Garantia das provisões técnicas

De acordo com a normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos garantidores de provisões técnicas:

	2021	2020
Provisões técnicas - seguros (A)	1.473.288	1.180.149
Direitos creditórios (i)	361.328	224.814
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	16.869	14.440
Ativos de resseguro / retrocessão redutores de PPNG	89.120	65.390
Ativos de resseguro / retrocessão redutores de PSL	253.951	211.121
Ativos de resseguro / retrocessão redutores de IBNR	292.754	235.571
Ativos de resseguro / retrocessão redutores de PDR	43.839	51.616
Depósitos judiciais redutores	-	22
Total de ativos redutores das necessidades de cobertura (B)	1.057.861	802.974
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C=A-B)	415.427	377.175
Fundos de investimento	100.732	56.714
Títulos de renda fixa	405.845	357.264
Ativos financeiros garantidores (D)	506.577	413.978
Excedente (E=D-C)	91.150	36.803

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

(a) 31 de dezembro de 2021 - bruto de resseguro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/19	Dezembro/20	Dezembro/21
Provisões totais para sinistros	252.131	257.014	321.487	643.865	671.021	525.105	700.892	761.452	755.016	881.717
(-) DPVAT	31.885	36.891	44.605	60.115	100.656	87.573	113.070	105.710	116.834	122.070
(-) Retrocessão	1.572	2.136	1.920	2.356	1.510	1.513	1.549	1.105	1.160	1.160
Despesa não alocada	6.381	8.637	9.378	15.691	16.227	11.851	16.967	16.834	17.990	20.749
Provisões para sinistros	212.292	209.351	265.584	565.704	552.628	424.167	569.306	637.803	735.866	859.808

(b) 31 de dezembro de 2021 - líquido de resseguro

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/19	Dezembro/20	Dezembro/21
Provisões totais para sinistros	101.985	127.301	152.751	255.428	309.781	253.691	349.332	346.312	256.708	291.189
(-) DPVAT	31.885	36.891	44.605	60.115	100.656	87.573	113.070	105.710	116.834	122.070
(-) Retrocessão	1.572	2.136	1.920	2.356	1.510	1.513	1.549	1.105	1.160	1.160
Despesa não alocada	6.381	8.637	9.378	15.691	16.227	11.851	16.967	16.834	17.990	20.749
Provisões para sinistros	62.147	79.638	96.848	177.267	191.388	152.753	217.746	222.664	237.558	269.280

	Dezembro/12	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/19	Dezembro/20	Dezembro/21
Sobra (falta) cumulativa	28.271	(29.915)	(9.735)	132.310	92.579	(114.278)	(78.194)	(62.333)	161.800	161.800
Sobra (falta) cumulativa %	13,3%	-14,3%	-3,7%	23,4%	16,3%	-26,9%	-13,7%	-9,8%	22,0%	22,0%

Quanto aos sinistros líquidos de resseguro, uma notificação tardia atípica de sinistros ocorrida em 2020 demonstrou que a frequência estava subestimada e não pode ser devidamente prevista nos estudos de IBNR utilizando apenas a análise histórica, visto que o padrão de avisos não estava corretamente estimado. Após análise profunda dos sinistros em atraso, junto à equipe de sinistros, foi possível identificar, corrigir a reserva e o processo de sinistros, garantindo sua suficiência nos próximos exercícios. Isso demonstra o compromisso da Companhia em aumentar o nível de reservas quando identificado a necessidade.

21. PASSIVO DE ARRENDAMENTO IMÓVEIS

A AIG Seguros Brasil S.A. mudou a política contábil para arrendamentos nos quais a Seguradora é o arrendatário. A nova política de avaliação da mudança está descrita na Nota 14, bem como a maturidade dos contratos e a movimentação do saldo do passivo de arrendamento.

	2021	2020
Imposto de renda	2.722	5.191
Contribuição social	2.178	3.114
	4.900	8.305

	2021	2020
Ajustes contábeis decorrentes da marcação a mercado dos investimentos	-	4.824
Receita de juros e tributos não realizados	4.900	3.481
	4.900	8.305

* Nota: Os montantes de PSL incluem a PDS.

16.2. Outras contas a pagar

	2021	2020
Contas a pagar serviços de terceiros	10.278	9.097
Outras contas a pagar	436	769
Contas a pagar - Intercompany (Nota 38)	45.492	24.966
	56.206	34.832

17. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR / IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2021	2020
IOF sobre prêmios de seguros	15.874	12.189
Impostos retidos na fonte	12.769	7.528
Contribuições previdenciárias / FGTS	2.234	4.553
PIS / COFINS/ CIDE	13.310	7.728
IRPJ e CSLL	4.728	-
Total	48.915	31.998

18. OPERAÇÕES COM RESEGUARDADORAS (PASSIVO)

	2021	2020
Riscos emitidos	297.889	270.886
Riscos vigentes não emitidos (RVNE)	219.951	114.184
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(74.429)	(57.049)
(-) Ajuste ao valor de realização	(363)	(316)
Resseguro cedido	443.048	327.705
Sinistros	3.106	2.656
Outros débitos	6.918	6.931
Resseguro a liquidar	10.024	9.587
	453.072	337.292
Circulante	451.497	337.292
Não circulante	1.575	-

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	9	1	4	-	-	-	14
Prêmios e emolumentos recebidos	933	312	840	281	224	87	2.677
Outros depósitos	514	121	101	825	313	-	1.874
	1.456	434	945	1.106	537	87	4.565

	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	22	-	-	-	-	-	22
Prêmios e emolumentos recebidos	1.970	299	(163)	11	162	147	2.426
Outros depósitos	1.244	376	1.919	108	173	-	3.820
	3.236	675	1.756	119	335		

(...continuação)

A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

	Marcação a mercado dos investimentos	Receitas de juros e tributos não realizados	Total
Tributos diferidos passivos			
Saldo em 31 de dezembro 2020	4.824	3.481	8.305
Movimentação	(4.824)	1.419	(3.405)
Saldo em 31 de dezembro 2021	-	4.900	4.900

23. PROVISÕES

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Nas ações trabalhistas, o valor das contingências é provisionado com base na expectativa de realização desses passivos. Nas ações cíveis, que envolvem disputas principalmente relativas a danos morais e materiais, o montante provisionado representa a avaliação da Administração dos prováveis insucessos nessas ações, com base na média histórica dos pagamentos efetuados ou, quando aplicável, de acordo com a avaliação de seus respectivos assessores jurídicos. A provisão para sinistro em discussão judicial considera perspectivas de perda e estão incluídas na conta de provisão de sinistros a liquidar. Os processos tributários são considerados contingências de acordo com a avaliação dos respectivos assessores legais.

	2021	2020
Saldos patrimoniais		
Cíveis	865	830
Trabalhistas	133	264
	998	1.094
Movimentação		
Saldo Inicial	1.094	1.646
Constituição	1.480	1.666
Reversão	(792)	(631)
Juros / atualização	69	(73)
Pagamento	(853)	(1.514)
Saldo final	998	1.094

	Quantidade	Valor reclamado	Valor do risco	Valor provisionado
Saldos patrimoniais				
Perda provável	12	3.681	1.080	998
Perda possível	264	22.153	12.136	-
Perda remota	32	6.342	1.993	-
	308	32.176	15.209	998

	Quantidade	Valor reclamado	Valor do risco	Valor provisionado
Saldos patrimoniais				
Perda provável	22	8.162	1.210	1.094
Perda possível	530	24.031	15.556	-
Perda remota	34	6.432	2.686	-
	586	38.625	19.452	1.094

	Quantidade	Valor reclamado	Valor do risco	Valor provisionado
Chance de ocorrência				
Perda provável	74	20.976	49.215	5.160
Perda possível	421	84.764	112.201	44.098
Perda remota	109	44.816	94.612	1.980
	604	150.559	256.028	51.238

	Quantidade	Valor reclamado	Valor do risco	Valor provisionado
Chance de ocorrência				
Perda provável	191	31.541	23.516	2.378
Perda possível	557	87.733	136.403	37.581
Perda remota	95	37.812	101.935	3.357
	843	157.086	261.854	43.317

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) **Capital social**
O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.099.262 está representado por 5.850.415.554 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

(b) **Reservas**
A reserva legal é constituída, quando aplicável, na forma prevista na legislação societária, devendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio**
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, quando aplicável.

25. PRÊMIOS EMITIDOS DE SEGUROS

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessações de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	2021		2020	
Ramo	Prêmio emitido	Percentual	Prêmio emitido	Percentual
Compreensivo empresarial	18.768	2%	11.032	1%
Crédito a exportação	3.926	0%	3.905	0%
Garantia estendida	2.202	0%	2.302	0%
Garantia seguro - Setor público	(430)	0%	11.872	1%
Lucros cessantes	5.803	1%	4.143	0%
R.C. profissional	26.306	2%	19.640	2%
Marítimos (cascos)	2.840	0%	3.248	0%
R.C. geral	67.852	6%	52.804	6%
R.C. riscos ambientais	26.459	2%	25.561	3%
R.C. administradores e diretores - D&O	125.521	12%	112.665	13%
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	25.013	2%	24.147	3%
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	34.943	3%	33.675	4%
Responsabilidade civil hangar	1.149	0%	2.265	0%
Riscos de engenharia	746	0%	718	0%
Riscos diversos	54.098	5%	51.396	6%
Riscos financeiros	12.898	1%	5.889	1%
Riscos financeiros - Crédito interno	121.141	11%	83.639	10%
Riscos nomeados e operacionais	320.981	30%	230.653	27%
Seguros compreensivos operações portuárias	16.623	2%	16.395	2%
Transporte internacional	10.242	1%	10.311	1%
Transporte nacional	13.770	1%	22.101	3%
Turístico	2.534	0%	2.268	0%
Viagem	99.457	9%	86.720	10%
Demais ramos	67.751	6%	32.249	4%
	1.060.593	100%	849.598	100%

25.1. Prêmios ganhos por ramos de atuação

	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Ramo			
Compreensivo empresarial	12.748	20%	15%
Crédito a exportação	3.994	309%	13%
Riscos financeiros - Crédito interno	112.071	49%	15%
Garantia estendida	484	33%	-139%
Garantia seguro - Setor público	5.668	-58%	20%
Lucros cessantes	4.850	2%	14%
Marítimos (cascos)	3.218	-27%	17%
R.C. profissional	24.893	56%	14%
R.C. geral	59.541	-7%	11%
R.C. riscos ambientais	24.811	28%	14%
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	25.318	102%	21%
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	35.661	85%	22%
R.C. administradores e diretores - D&O	118.690	40%	10%
Responsabilidade civil hangar	2.069	-326%	2%
Riscos de engenharia	2.782	-51%	16%
Riscos diversos	53.678	-11%	7%
Riscos financeiros	8.438	29%	11%
Riscos nomeados e operacionais	229.262	7%	4%
Seguros compreensivos operações portuárias	17.203	-11%	6%
Transporte internacional	11.857	27%	6%
Transporte nacional	11.286	128%	17%
Turístico	2.197	-1%	6%
Viagem	78.603	57%	0%
Demais ramos	48.075	36%	14%
	897.397	30%	9%

	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Ramo			
Compreensivo empresarial	12.721	22%	12%
Crédito a exportação	4.017	-24%	14%
Riscos financeiros - Crédito interno	66.477	112%	15%
Garantia estendida	1.025	68%	1%
Garantia seguro - Setor público	7.841	54%	19%
Lucros cessantes	7.354	322%	9%
Marítimos (Casocos)	2.638	31%	14%
R.C. profissional	20.869	56%	14%
R.C. geral	42.585	67%	13%
R.C. riscos ambientais	20.206	5%	15%
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	24.048	71%	21%
R.C. administradores e diretores - D&O	97.416	62%	13%
Responsabilidade civil hangar	1.881	73%	4%
Riscos de engenharia	4.618	45%	12%
Riscos diversos	52.100	74%	5%
Riscos financeiros	6.900	69%	12%
Riscos nomeados e operacionais	188.347	24%	4%
Seguros compreensivos operações portuárias	15.563	68%	6%
Transporte internacional	9.415	13%	6%
Transporte nacional	18.019	80%	10%
Turístico	3.465	51%	7%
Viagem	81.852	114%	0%
Demais ramos	24.780	87%	10%
	747.920	62%	9%

26. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	2021	2020
Provisão de prêmios não ganhos	(154.835)	(101.678)
Provisão complementar de cobertura	(8.361)	-
	(163.196)	(101.678)

27. SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	2021	2020
Indenizações avisadas - Administrativas	(238.900)	(326.462)
Indenizações avisadas - Judiciais	3.241	(277)
Despesas com sinistros - Administrativos	(18.293)	(24.067)
Despesas com sinistros - Judiciais	(3.626)	(4.537)
Recuperação de sinistros - Cosseguro	13.626	4.771
Salvados	885	4.618
Ressarcimentos	17.319	17.765
Variação de sinistros IBNR	(72.879)	(82.249)
Variação de sinistros IBNER - Ajuste PSL	23.842	(31.246)
Variação de despesas relacionadas do IBNR	6.320	(23.203)
Serviços de assistência	-	(13)
	(268.465)	(464.900)

28. CUSTO DE AQUISIÇÃO

A abertura da despesa custo de aquisição de contratos de seguro:

Ramo	2021	2020
Compreensivo empresarial	(1.865)	(1.549)
Crédito a exportação	(501)	(574)
Riscos financeiros - Crédito interno	(17.003)	(10.012)
Garantia estendida	675	(7)
Garantia seguro - Setor público	(1.111)	(1.482)
Lucros cessantes	(702)	(650)
Marítimos (cascos)	(539)	(382)
R.C. profissional	(3.443)	(2.888)
R.C. geral	(6.547)	(5.530)
R.C. riscos ambientais	(3.507)	(2.954)
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	(5.504)	(5.100)
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	(7.643)	(7.035)
R.C. administradores e diretores - D&O	(12.302)	(13.088)
Responsabilidade civil hangar	(48)	(77)
Riscos de engenharia	(434)	(558)
Riscos diversos	(3.601)	(2.355)
Riscos financeiros	(924)	(818)
Riscos nomeados e operacionais	(8.907)	(7.765)
Seguros compreensivos operações portuárias	(1.115)	(894)
Transporte internacional	(687)	(523)
Transporte nacional	(1.906)	(1.828)
Turístico	(137)	(229)
Viagem	(200)	(46)
Demais ramos	(6.773)	(2.527)
	(84.724)	(68.871)

29. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Outras receitas com operações de seguros	226	1.532
Consórcio - DPVAT	-	(208)
Despesas com cobrança	932	831
Outras despesas com encargos sociais	(27)	-
Despesas com administração de apólices e/ou contratos	(7)	(618)
Provisão para riscos de créditos duvidosos	99	(781)
Outras despesas com operações de seguros	(5.744)	(4.630)
Despesas diversas	(2.040)	(2.393)
	(6.561)	(6.267)

30. RESULTADO COM RESSEGURO

	2021	2020
Indenização de sinistros - Recuperação	90.786	231.351
Despesas com sinistros - Recuperação	5.998	11.077
Variação da provisão de sinistros IBNR	57.185	73.215
Variação de despesas relacionadas do IBNR	(8.808)	22.042
Prêmios de resseguro - Cessão	(643.556)	(509.200)
Variação das despesas de resseguro - Provisões de prêmios	107.521	73.674
Salvados e ressarcidos	(13.661)	(14.755)
Outros resultados	(34)	483
	(402.569)	(112.113)

AIG Seguros Brasil S.A. teve as seguintes transações com parte relacionada, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05:

- a) **AIG Resseguros Brasil S.A. (AIG RE)** mantém operações de recebimento de prêmios de resseguros, despesas de comercialização e despesas administrativas.
- b) **Travel Guard** realiza operações de natureza de prestação de serviços em assistência e assessoria a segurados da AIG Brasil no exterior.
- c) **Chartis Insurance Services Private Limited (AIG Índia)** realiza modelamento de dados analíticos de riscos de engenharia para negócios de danos de propriedade industrial.
- d) **AIG Technologies, Inc. (antiga denominação da AIG Global Services (AIG GS))** fornece serviços de tecnologia de informação, fornecimento e manutenção de hardware e software em geral.
- e) **AIG Insurance Puerto Rico** realiza operações de natureza de prestação de serviços em assistência e assessoria a segurados da AIG Brasil no exterior.
- f) **AIG Asset Management (Europe) Limited, Irish Branch (AIG Europe)** fornece serviço de assessoria em investimento de acordo às políticas da AIG.
- g) **AIG Dublin (AIG Europe Services Limited Ireland Branch (denominado "Dublin Treasury Operations"))** fornece serviços de administração e suporte às atividades de tesouraria, como administração de contas bancárias, análise de fluxo de caixa, execução de pagamentos entre outras atividades relacionadas a compliance e reporte de dados.
- h) **AIG PC Global Services, Inc.** fornece serviços de administração e outros associados a sinistros.
- i) **AIG Property Casualty, Inc.** fornece serviços de administração e outros associados a seguros e serviços financeiros em geral.

	AIG Resseguros (*)	Travel Guard	AIG Índia	Puerto Rico	AIG Technologies (AIG Global Services)	AIG Property and Casualty, Inc.	AIG PC Global Services, Inc.	AIG Dublin	AIG Asset Management Europe Limited	Total
Transações administrativas										
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(837)	-	-	(3.730)	(8.659)	(1.712)	(257)	-	(15.195)
Ativo	23.940	-	-	-	-	4.074	-	-	-	28.014
Passivo	-	-	(347)	-	(10.520)	(8.439)	536	(284)	-	(19.054)
Pagamento	-	837	347	-	14.250	-	287	428	-	16.149
Recebimento	(23.940)	-	-	-	-	(6.866)	-	-	-	(30.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	(19.890)	(889)	(113)	-	(20.892)
Ativo	29.154	-	-	-	-	4.470	-	-	-	33.624
Passivo	-	(1.072)	(472)	(29)	(8.860)	(19.382)	(368)	(192)	(42)	(30.417)
Pagamento	-	1.047	-	29	8.278	-	176	295	4	9.867
Recebimento	(29.154)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(25)	(472)	-	-	(34.802)	(1.081)	(10)	-	(36.390)

</

AIG Seguros Brasil S.A. - CNPJ nº 33.040.981/0001-50																																																							
Relatório do Comitê de Auditoria																																																							
<p>Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A. São Paulo, SP</p> <p>O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S/A, instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e com sua formação homologada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, composto por três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral.</p> <p>O Comitê estende a sua competência à AIG Resseguros Brasil S/A, atuando na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros ("AIG"), por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.</p> <p>O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.</p> <p>O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos</p>																																																							
<p>que entenda necessários.</p> <p>Em 2021, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e de conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência.</p> <p>Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e <i>compliance</i>, e nas suas próprias análises.</p> <p>A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade.</p> <p>A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).</p>																																																							
Parecer dos Atuários Independentes																																																							
<p>Aos Administradores e Acionistas da AIG Seguros Brasil S.A. - São Paulo - SP</p> <p>Escopo da Auditoria Atuarial</p> <p>Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da AIG Seguros Brasil S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.</p> <p>Responsabilidade da Administração</p> <p>A Administração da AIG Seguros Brasil S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Responsabilidade dos atuários independentes</p> <p>Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.</p> <p>Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.</p> <p>Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações</p>																																																							
<p>financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da AIG Seguros Brasil S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.</p> <p>Opinião</p> <p>Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da AIG Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.</p> <p>Outros assuntos</p> <p>No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.</p> <p>São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.</p> <p style="text-align: center;">Joel Garcia – Atuário MIBA 1131</p> <p style="text-align: center;">KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. – CIBA 48 – CNPJ: 02.668.801/0001-55 Rua Arq. Olavo Redij de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A 04711-904 – São Paulo – SP – Brasil</p>																																																							
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras																																																							
<p>Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para 																																																							
<p>execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.</p> <p style="text-align: right;">Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-6</p>																																																							
<p style="text-align: center;">Anexo I AIG Seguros S.A. <i>(Em milhares de Reais)</i></p> <table border="1"> <tr> <td>1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores</td> <td style="text-align: right;">31/12/2021</td> </tr> <tr> <td>Total de provisões técnicas auditadas</td> <td style="text-align: right;">1.473.288</td> </tr> <tr> <td>Total de ativos de resseguro</td> <td style="text-align: right;">972.869</td> </tr> <tr> <td>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</td> <td style="text-align: right;">33.976</td> </tr> <tr> <td>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas (*)</td> <td style="text-align: right;">31/12/2021</td> </tr> <tr> <td>Provisões Técnicas auditadas (a)</td> <td style="text-align: right;">1.473.288</td> </tr> <tr> <td>Valores redutores auditados (b)</td> <td style="text-align: right;">1.057.861</td> </tr> <tr> <td>Total a ser coberto (a-b)</td> <td style="text-align: right;">415.427</td> </tr> <tr> <td>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</td> <td style="text-align: right;">31/12/2021</td> </tr> <tr> <td>Capital Base (a)</td> <td style="text-align: right;">8.100</td> </tr> <tr> <td>Capital de Risco (CR) (b)</td> <td style="text-align: right;">113.699</td> </tr> <tr> <td>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</td> <td style="text-align: right;">113.699</td> </tr> <tr> <td>4. Demonstrativo da Solvência</td> <td style="text-align: right;">31/12/2021</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (a)</td> <td style="text-align: right;">294.571</td> </tr> <tr> <td>Ajustes Econômicos do PLA</td> <td style="text-align: right;">56.205</td> </tr> <tr> <td>Exigência de Capital (CMR) (b)</td> <td style="text-align: right;">113.699</td> </tr> <tr> <td>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</td> <td style="text-align: right;">180.872</td> </tr> <tr> <td>Ativos Garantidores (d)</td> <td style="text-align: right;">501.928</td> </tr> <tr> <td>Total a ser Coberto (e)</td> <td style="text-align: right;">415.427</td> </tr> <tr> <td>Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</td> <td style="text-align: right;">86.501</td> </tr> <tr> <td>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</td> <td style="text-align: right;">31/12/2021</td> </tr> <tr> <td>0112, 0195, 0524, 0746, 0929, 1061, 1065, 1066, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1130, 1162, 1164, 1198, 1279, 1299, 1329, 1336, 1601</td> <td style="text-align: right;">1.000</td> </tr> <tr> <td>0525, 0526, 0531, 0542</td> <td style="text-align: right;">1.500</td> </tr> <tr> <td>0520</td> <td style="text-align: right;">2.000</td> </tr> <tr> <td>0114, 0115, 0116, 0141, 0167, 0173, 0196, 0234, 0272, 0274, 0310, 0313, 0327, 0351, 0378, 0553, 0623, 0628, 0632, 0638, 0644, 0652, 0658, 0748, 0749, 0775, 0776, 0969, 0977, 0980, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0990, 0993, 1369, 1377, 1380, 1381, 1383, 1384, 1386, 1387, 1390, 1391, 1428, 1528, 1535, 1537, 1597, 1734</td> <td style="text-align: right;">6.500</td> </tr> <tr> <td>0621, 0622, 0654, 0655, 0656, 1417, 1433</td> <td style="text-align: right;">8.000</td> </tr> <tr> <td>0621, 0622, 0654, 0655, 0656, 1417, 1433, 0118, 0171, 0711</td> <td style="text-align: right;">8.500</td> </tr> </table>		1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2021	Total de provisões técnicas auditadas	1.473.288	Total de ativos de resseguro	972.869	Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	33.976	2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas (*)	31/12/2021	Provisões Técnicas auditadas (a)	1.473.288	Valores redutores auditados (b)	1.057.861	Total a ser coberto (a-b)	415.427	3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2021	Capital Base (a)	8.100	Capital de Risco (CR) (b)	113.699	Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	113.699	4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2021	Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (a)	294.571	Ajustes Econômicos do PLA	56.205	Exigência de Capital (CMR) (b)	113.699	Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	180.872	Ativos Garantidores (d)	501.928	Total a ser Coberto (e)	415.427	Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	86.501	5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2021	0112, 0195, 0524, 0746, 0929, 1061, 1065, 1066, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1130, 1162, 1164, 1198, 1279, 1299, 1329, 1336, 1601	1.000	0525, 0526, 0531, 0542	1.500	0520	2.000	0114, 0115, 0116, 0141, 0167, 0173, 0196, 0234, 0272, 0274, 0310, 0313, 0327, 0351, 0378, 0553, 0623, 0628, 0632, 0638, 0644, 0652, 0658, 0748, 0749, 0775, 0776, 0969, 0977, 0980, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0990, 0993, 1369, 1377, 1380, 1381, 1383, 1384, 1386, 1387, 1390, 1391, 1428, 1528, 1535, 1537, 1597, 1734	6.500	0621, 0622, 0654, 0655, 0656, 1417, 1433	8.000	0621, 0622, 0654, 0655, 0656, 1417, 1433, 0118, 0171, 0711	8.500
1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2021																																																						
Total de provisões técnicas auditadas	1.473.288																																																						
Total de ativos de resseguro	972.869																																																						
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	33.976																																																						
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas (*)	31/12/2021																																																						
Provisões Técnicas auditadas (a)	1.473.288																																																						
Valores redutores auditados (b)	1.057.861																																																						
Total a ser coberto (a-b)	415.427																																																						
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2021																																																						
Capital Base (a)	8.100																																																						
Capital de Risco (CR) (b)	113.699																																																						
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	113.699																																																						
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2021																																																						
Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (a)	294.571																																																						
Ajustes Econômicos do PLA	56.205																																																						
Exigência de Capital (CMR) (b)	113.699																																																						
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	180.872																																																						
Ativos Garantidores (d)	501.928																																																						
Total a ser Coberto (e)	415.427																																																						
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	86.501																																																						
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2021																																																						
0112, 0195, 0524, 0746, 0929, 1061, 1065, 1066, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1130, 1162, 1164, 1198, 1279, 1299, 1329, 1336, 1601	1.000																																																						
0525, 0526, 0531, 0542	1.500																																																						
0520	2.000																																																						
0114, 0115, 0116, 0141, 0167, 0173, 0196, 0234, 0272, 0274, 0310, 0313, 0327, 0351, 0378, 0553, 0623, 0628, 0632, 0638, 0644, 0652, 0658, 0748, 0749, 0775, 0776, 0969, 0977, 0980, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0990, 0993, 1369, 1377, 1380, 1381, 1383, 1384, 1386, 1387, 1390, 1391, 1428, 1528, 1535, 1537, 1597, 1734	6.500																																																						
0621, 0622, 0654, 0655, 0656, 1417, 1433	8.000																																																						
0621, 0622, 0654, 0655, 0656, 1417, 1433, 0118, 0171, 0711	8.500																																																						

Empreendedores e executivos não têm mais desculpas para serem surpreendidos por riscos. Ouça a série de **podcasts Negócio Seguro AIG Play** e confira dicas para gerenciar as exposições dos seus negócios.

INOVAÇÃO

TECNOLOGIA

MULTINACIONAIS

REPUTAÇÃO

Reproduzindo

NEGÓCIO SEGURO | AIG PLAY

Negócio Seguro AIG Play

2.30 1.30

ECONOMIA

ESG

STARTUP

Disponível em:

Escute no Spotify

Escute no Apple Podcasts

Garantido por AIG Seguros Brasil S/A. CNPJ 33.040.981/0001-50 | Central de Atendimento AIG 24 horas: 0800 726 6130 / Atendimento AIG a Deficientes Auditivos: 0800 724 0149 | Ouvidoria (2ª a 6ª-feira, das 9h às 18h): 0800 724 02 19 / Ouvidoria - Atendimento a Deficientes Auditivos e de fala (2ª a 6ª-feira, das 9h às 18h): 0800 200 1244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 24/02/2022 18:02

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash:164565012050269da5e2d1444597617c51b5a85769